

PROJETO DE LEI N. 1.013, de 2020

Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT, criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante período de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

EMENDA DE PLENÁRIO

Art. 1º Inclua-se no artigo 1º do Substitutivo o seguinte parágrafo:

“Art. 1º

.....
§5º A suspensão das parcelas está condicionado ao compromisso das entidades de prática desportiva beneficiárias de não rescindir sem justa causa os contratos de trabalho de seus empregados, durante todo o período definido no *caput*, considerando para os devidos fins os contratos vigentes em 31 de março de 2020, com base nas informações disponíveis em folha de pagamento ou remetidas aos cadastros públicos, a exemplo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa acrescentar parágrafo ao art. 1º do projeto, pretendendo garantir que as entidades beneficiárias com o financiamento dos débitos e acesso ao financiamento do PROFUT assumam o compromisso com a manutenção dos postos de trabalho.

Sala das sessões, 2 de junho de 2020.

Deputado ENIO VERRI – PT/PR



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Do Sr. Enio Verri)**

Altera o PL 1.013/2020.

Assinaram eletronicamente o documento CD206758163200, nesta ordem:

- 1 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT
- 2 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 4 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) - LÍDER do PSB *-(P_7204)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

Apresentação: 02/06/2020 14:15

EMP n.6/0

Documento eletrônico assinado por Enio Verri (PT/PR), através do ponto SDR_56449, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.